

Sumário

Apresentação	ix
Capítulo 1 – Constitucionalismo: A aquisição de sentido na Modernidade ..	1
1.1. Idade Antiga (Séc. IV a.c a IV): A Politéia Grega, a res publica Romana e o marco do fim do modo de produção escravagista	1
1.2. Idade Média (Séc. VI a XVI): A Identidade sem a diferença	2
1.3. Idade Moderna (a partir do Séc. XVII): O aparecimento da Constituição formal e a evolução do constitucionalismo por meio das gerações/dimensões de direito	3
Capítulo 2 – Constitucionalismo Brasileiro: O que somos e o que queremos ser	11
2.1. Precedentes: A Constituição de Cádiz, a participação da Maçonaria na Independência e a Constituição da Mandioca (Assembléia Nacional Constituinte de 1822)	11
2.2. A Constituição Imperial de 1824	12
2.3. A Constituição Republicana de 1891	13
2.4. A Constituição Republicana de 1934	14
2.5. A Constituição Fascista de 1937 (Polaca/Estado Novo)	15
2.6. A Constituição Republicana de 1946	16
2.7. A Constituição ditatorial de 1967 e a Emenda nº 01/1969	17
2.8. A Constituição Republicana de 1988 (Cidadã)	18
Capítulo 3 – Teoria Geral do Poder Constituinte	23
3.1. Conceito	23
3.2. Precedentes, Titularidade e Natureza	23
3.3. Classificação	24
3.3.1. Poder Constituinte (originário/genuíno/1º grau)	24
3.3.2. Poder ‘Constituinte’ Derivado/Constituído/instituído/ remanescente/2º grau	24
3.3.2.1. Sistema Constitucional de Maiorias	25
3.3.2.2. Poder ‘Constituinte’ Derivado de Reforma ou de ‘Emenda’ (art. 60, da CR/88)	25
3.3.2.3. Poder ‘Constituinte’ Derivado de Revisão (Art. 3º/ADCT, da CR/88)	25
3.3.2.4. Poder ‘Constituinte’ Derivado Decorrente (art. 11/ADCT) ..	26
3.3.3. Poder Constituinte Supranacional	27
3.3.3.1. Movimentos de transição para uma soberania além do Estado Nacional	27
a) União Européia	27
b) Mercosul	28

Capítulo 4 – Classificação das Constituições	33
4.1. Critério de Origem	33
4.2. Critério de Forma	33
4.3. Critério de Conteúdo	34
4.4. Critério de Extensão	34
4.5. Critério de Elaboração/Unidade documental	34
4.6. Critério de Estrutura	35
4.7. Critério de Estabilidade/durabilidade/mutabilidade/ alterabilidade ..	35
4.8. Classificações ainda utilizadas:	36
Capítulo 5 – Aplicabilidade e Eficácia das Normas Constitucionais: Modulações no Tempo e Espaço	39
5.1. Normas Constitucionais de Eficácia Plena/Auto-aplicável	39
5.2. Normas Constitucionais de Eficácia Contida/ Restringíveis/Redutíveis/Condicionadas	39
5.3. Normas Constitucionais de Eficácia Limitada/ Incompletas/Não auto-aplicáveis	39
5.3.1. Eficácia Limitada por Princípio Programático, “cláusula da reserva do possível”, diretivas ou “eficácia negativa contrária a seus princípios”	40
5.3.2. Eficácia Limitada por Princípio Institutivo, Orgânico, Organizativo ou ‘normas de legislação’	40
Capítulo 6 – Hermenêutica Constitucional: A Interpretação Como o Centro Nervoso do Direito Moderno	43
6.1. Correntes interpretativistas contemporâneas e a dimensão dos princípios e regras	43
6.1.1. Deontológica (‘única decisão correta’) de Ronald Dworkin e Klaus Günter	43
6.1.2. Axiológica (‘jurisprudência de valores’) de Robert Alexy e Gilmar Ferreira Mendes	44
6.1.3. Substantivista de Lênio Streck e José Luiz Quadros	44
6.1.4. Procedimentalista de Menelick de Carvalho e Marcelo Cattoni ..	44
6.2. Princípios clássicos de interpretação	45
6.2.1. Princípio da unidade da Constituição	45
6.2.2. Princípio da máxima efetividade/imperatividade	45
6.2.3. Princípio da força normativa da constituição (Konrad Hesse) ..	45
6.2.4. Princípio da presunção de constitucionalidade	45
6.2.5. Princípio da conformação constitucional (Ehmke)	45
6.2.6. Princípio da filtragem constitucional	46
6.3. Interpretação constitucional e os efeitos modulatórios no controle de constitucionalidade	46
6.3.1. Interpretação conforme a constituição com redução de texto (interpretationkonform)	46

6.3.2. Interpretação conforme a constituição sem redução de texto (Interpretationkonform)	46
6.3.3. Declaração de Inconstitucionalidade parcial com/sem redução de texto	46

Capítulo 7 – A Constituição de 1988: A Permanente Construção e Desconstrução de Identidades Constitucionais em Direção a um Projeto Permanente de Nação

7.1. Natureza jurídica do Preâmbulo	49
7.2. Natureza jurídica do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	49
7.3. Núcleo constitucional (Arts. 1º ao 4º)	50
7.3.1. Princípios estruturantes que fundamentam o Estado Democrático de Direito (Art. 1º)	50
7.3.2. Princípio da Separação de Poderes (Art. 2º)	51
7.3.3. Objetivos fundamentais (Art. 3º)	51
7.3.4. Princípios norteadores do Brasil em suas relações internacionais (Art. 4º)	52
7.4. Direitos e garantias fundamentais (arts. 5º ao 17)	55
7.4.1. Direitos e deveres individuais e coletivos (Art. 5º)	55
7.4.1.1. Regime Constitucional dos Tratados após a EC nº 45/04 (art. 5º, § 3º)	84
7.4.1.2. Constitucionalização do Tribunal Penal Internacional/TPI ou 'Estatuto de Roma'	85
7.4.2. Direitos Sociais e o Princípio da Proibição do Retrocesso (Arts. 6º ao 11)	87
7.4.3. Teoria Geral da Nacionalidade (art. 12)	97
7.4.4. Teoria Geral dos Direitos Políticos (arts. 14 ao 17)	100
7.5. Organização e Estrutura do Estado (arts. 18 a 43)	124
7.5.1. Teoria Geral do Federalismo (arts. 18 a 33)	127
7.5.2. Sistema constitucional de Orçamento e Prestação de Contas	138
7.5.3. Sistema Constitucional de Crises: Gradação de medidas estabilizadoras a serem efetivadas mediante a Intervenção, o Estado de Defesa e Estado de Sítio	141
7.5.4. A Administração Pública sob a ótica do administrado (arts. 37 a 43)	146